

CPT 30 anos **PASTORAL DA TERRA**

Comissão Pastoral da Terra

outubro a dezembro de 2007

Ano 32 – Nº 190

“Uma vida pela vida”

**Dom Cappio retoma
jejum pela vida do
São Francisco**

pág. 3

**A ameaça dos
venenos utilizados
na agricultura**

págs. 6 e 7

**“No chão é que se faz
comunhão”: Encontro
da CPT discute
territorialidade e
quilombos**

págs. 8 e 9



EDITORIAL

A lógica do capital

Estamos fechando esta edição sob o impacto do jejum que Dom Luiz Flávio Cappio está realizando em Sobradinho, BA, às margens do Rio São Francisco. Uma maneira forte, radical e corajosa de se manifestar contra o mega-projeto de transposição de águas do São Francisco. No jejum e na oração busca fazer ecoar o grito de milhões de brasileiros que se levantam contra obras portentosas que servem como sorvedouro de recursos públicos em detrimento de obras mais simples mas que trazem benefícios a um número bem maior de pessoas. O Pastoral da Terra se alia a este seu gesto clamando por mais sinceridade na condução dos destinos da nação.

O projeto de transposição atinge de cheio comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, cujos direitos não foram e não são tratados adequadamente. Sobre a realidade quilombola, no final de outubro, a CPT dedicou seu Encontro Nacional de Formação ao estudo e debate sobre Territorialidade e Quilombos. Na atualidade, os movimentos que têm conseguido marcar posição no cenário nacional são as comunidades tradicionais, com destaque para os indígenas e quilombolas. Cresce sua organização e a pressão para verem reconhecidos seus territórios. Em contrapartida cresce, e muito, a oposição aos mesmos. Oposição da elite brasileira, apoiada pela grande imprensa e por muitos intelectuais que se escondem por trás do discurso do desenvolvimento.

Esta oposição faz sentido porque estes povos e comunidades acabam sendo os únicos neste País que ainda não se deixaram contaminar pelo discurso econômico hegemônico, não se

subordinaram à lógica férrea do mercado. Como elas não se enquadram no sistema, o melhor é negar-lhes legitimidade. Este foi o conteúdo do discurso do presidente Lula logo após sua reeleição no ano passado quando afirmou ser necessário remover alguns entraves ao crescimento. E os entraves tinham nome e endereço: os povos indígenas, os quilombolas, os defensores do meio-ambiente. A CPT, ao final do encontro, “interpelada pela resistência secular do povo negro” afirmou sua posição solidária a ele.

A lógica do capital comanda o agronegócio que se desenvolve com o uso de uma quantidade cada vez maior de agrotóxicos com prejuízos para a saúde e para o meio-ambiente. E esta lógica é a responsável também pelo aquecimento global. A mesma lógica está impedindo que sejam retirados os arrozeiros da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, tornando cada dia mais tensas as relações na área. O assassinato de mais uma liderança do MST e da Via Campesina, no campo de experimentos da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no Paraná, também se inscreve nesta mesma lógica do capital. Além das agressões ao meio-ambiente com os experimentos de transgênicos em área proibida, a multinacional lançou mão de milícias armadas para garantir seu domínio sobre a propriedade.

Contra o domínio absoluto do agronegócio, homens e mulheres do campo se puseram em marcha no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, em defesa da Terra e da Vida. Com os que marcham, os quilombolas, os indígenas e Dom Luiz nós também prosseguimos firmes na Esperança. **Boa Leitura!**



PUBLICAÇÕES

Semi-Árido: Uma visão holística



Roberto Malvezzi, o Gogó, coordenador do projeto da CPT Impactos do Agro e Hidronegócios, lançou no dia 13 de agosto, no Rio de Janeiro, a publicação “Semi-Árido: Uma Visão Holística”. O livro faz parte de uma série intitulada “Pensar o Brasil e construir o futuro da nação”, de iniciativa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). As diversas ações desenvolvidas pela sociedade civil no âmbito da convivência com o Semi-Árido estão reunidas nesse livro. A publicação é uma síntese das reflexões e práticas desenvolvidas pelas organizações na perspectiva da crítica à velha concepção do semi-árido e na defesa da proposta de convivência com a região. Entre os temas abordados estão: captação da água de chuva para consumo humano e produção, terra, cultura popular, educação contextualizada, combate à desertificação, povos tradicionais, luta contra transposição do Rio São Francisco, entre outros. O autor refere-se ainda aos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), desenvolvidos pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) como práticas de convivência e desenvolvimento sustentável para o Semi-Árido.

Alimentação Alternativa para Bovinos

A Comissão Pastoral da Terra regional Mato Grosso do Sul publicou uma cartilha intitulada “Alimentação Alternativa para Bovinos” levando em conta que grande parte dos agricultores (as) familiares do estado tem na produção de leite e de seus derivados, sua principal fonte de renda. A cartilha oferece algumas sugestões sobre como o (a) produtor (a) deve se preparar para manter uma boa alimentação para o gado leiteiro, principalmente na época da seca ou no período em que os pastos ficam escassos, fazendo cair a produção. A publicação oferece, ainda, algumas receitas práticas sobre como tratar animais afetados por algumas doenças comuns e orientações de tratamento dos animais através da homeopatia.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente

Dom Xavier Gilles

Vice-presidente

Dom Roque Paloschi

Coordenadores Nacionais

José Batista Afonso
Juvenal José da Rocha
Pr. Nancy Cardoso Pereira
Ir. Maria Madalena dos Santos
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação

Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marília Almeida - estagiária
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável

Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação

Carla de Abreu (32230566)

Impressão

Gráfica América

APOIO

EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt

Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter

MZF

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

TRANSPOSIÇÃO

Dom Luiz Cappio retoma jejum pela vida do São Francisco

CRISTIANE PASSOS E MARÍLIA ALMEIDA*

No dia 27 de novembro último, Dom Luiz Flávio Cappio reiniciou sua greve de fome em defesa do rio São Francisco, na capela de São Francisco, em Sobradinho (BA). O religioso começou seu jejum pouco depois de Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, ter protocolado em Brasília (DF), a carta de D. Cappio ao presidente Lula. Há cerca de dois anos o bispo jejuou por 11 dias, em Cabrobó, Pernambuco, para defender o rio. Ele argumenta que o jejum é uma resposta a Lula, por não ter cumprido sua parte no acordo feito entre eles, em 2005. Na carta, Dom Cappio alega que o presidente havia prometido “suspender o projeto de transposição e iniciar um amplo diálogo entre o governo e a sociedade civil brasileira” caso o jejum fosse interrompido. Porém, mesmo após o acordo, as obras de transposição do rio foram iniciadas. Ele afirmou na carta que irá jejuar até que o exército seja retirado do eixo norte e leste do São Francisco e que o projeto de transposição seja definitivamente arquivado, “Retomo o meu jejum e oração. E só será suspenso com a retirada do exército e o arquivamento definitivo do Projeto de Transposição do São Francisco. Não existe outra alternativa. A vida do rio e do seu povo ou a morte de um cidadão brasileiro.”

Em entrevista ao Instituto Humanitas, da UNISINOS, Ruben Siqueira e Roberto Malvezzi, ambos da CPT Bahia e próximos a Dom Cappio repassaram algumas informações sobre o projeto de transposição do governo e o ato do bispo. De acordo com Malvezzi, “Nesse momento, o rio São Francisco está passando por uma situação muito difícil porque não choveu nas cabeceiras e o nível de suas águas está muito baixo. Com isso, o lago de Sobradinho está com apenas 14% da sua capacidade total. Desse modo, é

visível o impacto que esta obra poderá causar ao rio, já constantemente agredido. Os índios estão na luta por seus territórios. Agora, ficamos sabendo que, na verdade, os canais da transposição irão atingir o território de 22 nações indígenas. São realidades que precisam vir à tona.” Sobre a reação do Lula ao saber da retomada do jejum por Dom Luiz, Ruben comentou “A primeira reação do governo já era esperada: uma reação nervosa e impensada. A fala de Lula de que entre 12 milhões e um, ele irá ficar com 12 milhões, revela uma reação intempestiva. (...) É preciso colocar em pauta a discussão de um projeto nacional em função de seu próprio povo e o uso de suas riquezas, não em função de grandes projetos capitalistas de alta lucratividade. É essa discussão que nós gostaríamos que fosse aceita pelo governo, não a reação de quem está diante de um inimigo.”

Apoio a Dom Luiz

Além de celebrar missas diariamente, que reúnem pessoas vindas

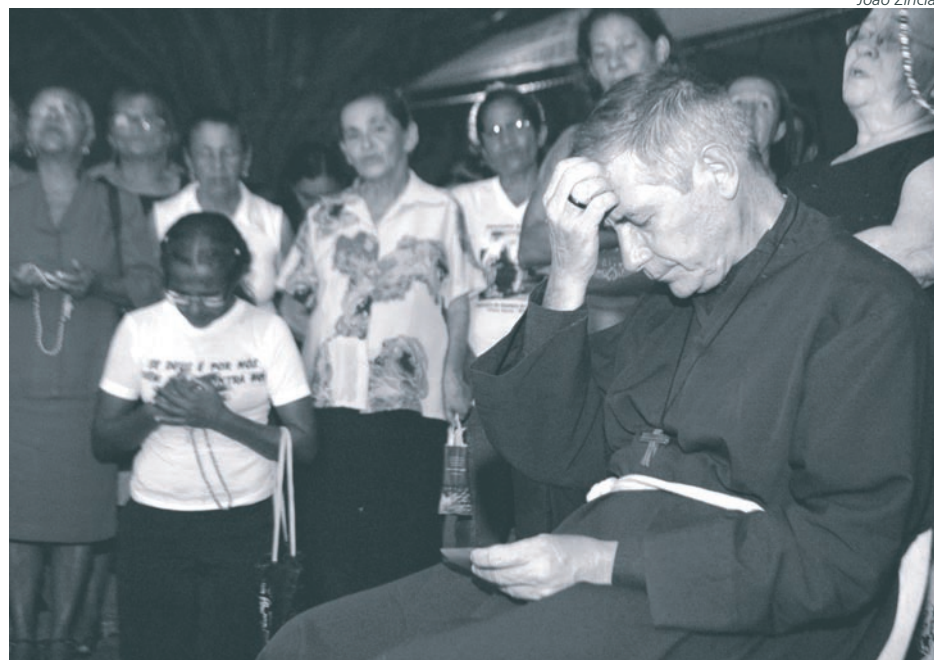
de diversas localidades, o bispo recebe a visita de organizações sociais, movimentos populares e estudantes. No final de novembro, o economista carioca Marcos Arruda, junto com a Articulação Popular em Defesa do Rio São Francisco e a CPT, propôs a criação de um Movimento de Jejum Solidário com o jejum de Dom Cappio e pela causa cidadã e ecológica do cancelamento da transposição do rio São Francisco. No dia 30 de novembro, o economista iniciou seu jejum. O objetivo é desencadear atos como esse mundo afora. O número de pessoas participantes e o número de dias em jejum serão contabilizados pelo movimento. O movimento já ganhou adesões até fora do Brasil.

Vários movimentos sociais, como a Via Campesina, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) já manifestaram seu apoio ao ato de Dom Cappio. A Conferência Nacio-

nal dos Bispos do Brasil (CNBB) se solidarizou com o bispo e afirmou que compreende a falta de unanimidade no que se refere à transposição inclusive dentro da Igreja, já que alguns bispos se mostraram favoráveis ao projeto. Além destes, dezenas de organizações internacionais também se solidarizaram com o jejum de Dom Luiz. Religiosos e outras pessoas também fizeram manifestações individuais ou coletivas. Entre muitas outras manifestações de apoio, no dia 3 de dezembro, o Grito dos Excluídos, a Pastoral Operária e o Serviço Franciscano de Solidariedade realizaram um ato público no auditório da Apeoesp, em São Paulo (SP). No dia 4 foi celebrado um culto ecumênico e um ato público nas escadarias da igreja São José, no centro de Belo Horizonte (MG). No mesmo dia, integrantes da Via Campesina e do Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, além dos deputados Adão Pretto (PT/RS) e Iran Barbosa (PT/SE) entregaram, em Brasília, duas cartas ao secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D. Dimas Barbosa.

No dia 5, os movimentos e entidades que compõem a Via Campesina em Goiás fizeram uma vigília em alguns municípios do estado. Também no dia 5, a coordenação nacional da CPT, reunida em Goiânia, fez jejum em apoio à ação de Dom Cappio. Uma grande Romaria, organizada pela CPT e Pastorais Sociais da Bahia e de Sergipe, se realizou no dia 9 de dezembro, em Sobradinho, onde Dom Luiz jejuava.

Mais informações no site:
www.umavidapelavida.org.br



D Luiz em momento de oração com fiéis

João Zinclar

* do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Amazônia continua sendo destruída

Segundo dados do Ibama e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) o índice de desmatamento na Amazônia voltou a crescer após três anos consecutivos em queda. Os estudos comprovaram que a área total devastada da floresta entre junho e setembro deste ano foi 8% maior que no mesmo período de 2006. Em estados como Mato Grosso, Pará e Rondônia, o aumento foi de mais de 600% em comparação com 2006. Especialistas acreditam que o aumento da demanda e dos preços da soja no mercado internacional e a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no Rio Madeira, são os principais motivos para a devastação da floresta. Outro fator importante é a maior facilidade no licenciamento e fiscalização ambientais, que agora não são mais responsabilidade do governo federal, e sim dos Estados.



foto Eve Bratman - arquivo CPT Pará

Segredo sobre concessões

Coletivo Intervozes



Movimentos sociais e organizações da sociedade civil se mobilizaram para exigir transparência e mudanças na renovação de concessões de rádio e televisão no Brasil. No dia 5 de outubro venceram as concessões de veículos como a Rede Globo, emissoras próprias e afiliadas, Bandeirantes, Record e GNT/Gazeta. Os brasileiros não tiveram acesso à relação dos detentores e sócios de concessões. Deste modo, não há como a população saber se a emissora que vai ter sua concessão renovada está com seus tributos em dia, se tem dívidas trabalhistas

ou ações em andamento na justiça, por exemplo. Para o pesquisador, Venício de Lima, da Universidade de Brasília, o Ministério das Comunicações tinha por obrigação revelar o cadastro sobre os detentores e sócios de concessões de rádio e televisão no Brasil. No início do primeiro mandato do governo Lula, o cadastro foi disponibilizado para consulta pública pela primeira vez na história brasileira. Atualmente, este cadastro não pode mais ser acessado, o que dificulta a realização de pesquisas que denunciam o “coronelismo eletrônico” brasileiro. Em junho deste ano, Venício divulgou uma pesquisa que aponta que 50% das mais de duas mil emissoras autorizadas a funcionar pelo Ministério das Comunicações pertencem a pessoas ligadas a políticos.

Seminário sobre Legislação dos Recursos Genéticos e Agricultura

Nos dias 16 e 17 de outubro aconteceu em Curitiba, Paraná, o Seminário sobre Legislação dos Recursos Genéticos e Agricultura, promovido pela Terra de Direitos e o Grupo de Trabalho em Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia. O evento teve como objetivo, entre outros, socializar informações sobre o marco legal e os conceitos de regulamentação de acesso e uso dos recursos genéticos para agricultura no âmbito internacional, e debater as legislações brasileiras sobre os recursos genéticos (Lei de Acesso; Lei de Cultivares; Lei de Sementes e outras) e os impactos das modificações sobre os agricultores e agricultoras. Participaram pela CPT Ana Lucia Alves, da CPT Rio Grande do Sul e Vanúbia Martins da CPT Paraíba. Discutiram-se os impactos da legislação na vida dos (as) agricultores (as) e se propôs a ampliação do debate sobre direitos das comunidades locais, indígenas e camponesas sobre a biodiversidade e ainda de forma mais ampla, sobre o território. As lutas contra o plantio de milho e algodão transgênicos serão travadas nas regiões, seja no âmbito das denúncias ou no âmbito das mobilizações sociais.



Greenpeace

CURTAS

- **Frei Henri recebe novas ameaças de morte.** No dia 18 de outubro, a Polícia Militar de Xinguara, no Pará, recebeu informações de que três pistoleiros haviam sido contratados para assassinar frei Henri des Roziers. Em razão da sua atuação como advogado da CPT, na luta pela terra, no combate ao trabalho escravo, à impunidade e contra arbitrariedades policiais, frei Henri recebe há muito tempo várias ameaças. Desde fevereiro de 2005, após o assassinato da Irmã Dorothy, por ordem do governo estadual, o religioso está sob a proteção da Polícia Militar.
- **Um indígena foi morto no Maranhão** e vários outros ficaram feridos em um confronto entre o povo Guajajara e madeireiros maranhenses, na primeira quinzena de outubro. O confronto ocorreu na aldeia indígena Lagoa Comprida, na Terra Indígena Araribóia, em Amarante do Maranhão. De acordo com o líder indígena, Antônio Guajajara, o tiroteio foi provocado por madeireiros da região, que tentavam resgatar um caminhão carregado de madeira que fora apreendido pelos índios enquanto atravessava a aldeia.
- **O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se reuniu com o presidente Lula,** no início de outubro, em Chapecó, Santa Catarina. Na ocasião, o movimento relatou que famílias estão tendo seus direitos negados e não estão sendo reconhecidas pela empresa responsável pela construção da barragem. O MAB exigiu a compra imediata de terra para assentar as famílias atingidas pela barragem Foz do Chapecó, localizada entre as cidades de Águas de Chapecó e Alpestre, ambas em Santa Catarina. Segundo o movimento, a política de Lula privilegia as empresas capitalistas e leva ao monopólio da água e energia.
- **Sobreviventes do massacre do povo Xetá** se reúnem para lembrar o passado e articular luta no Paraná. Entre os dias 6 e 8 de outubro, aconteceu o “Encontro do Povo Xetá”, em Guarapuava, no Paraná. O Encontro reuniu os seis sobreviventes do massacre do povo Xetá, ocorrido na década de 1950, e seus descendentes. Eles lembraram o passado do povo e articularam a luta por seus direitos, principalmente à terra. Quase todos os Xetá foram mortos em menos de uma década, devido à selvagem colonização implementada no território em que viviam. Os poucos sobreviventes e seus descendentes vivem dispersos em terras de outros povos e em centros urbanos nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

ARTIGO

O Aquecimento Global e a Agricultura

ROBERTO MALVEZZI*

São três tendências básicas quando se fala do aquecimento global. A primeira é que ele não existe, se existe é fruto da evolução natural do planeta, não resultado da ação humana. Embora haja cientistas sérios que defendam essa teoria, há também muitos interesses econômicos que a promovem. Os principais defensores dessa tese estão na indústria do Petróleo, que o governo Bush representa fielmente. É uma tendência minoritária. A segunda defende que há um aquecimento global progressivo, fruto da ação humana, que trará migrações, mudanças nos regimes de chuvas, derretimento das geleiras e glaciais, fenômenos extremos de secas a furacões, inundação de cidades e países baixos, migração forçada de mais de um bilhão de pessoas. Há ainda uma terceira, defendida por James Lovelock em seu "Vingança e Gaia". Para ele, quando a concentração de CO₂ na atmosfera atingir 500 ppm (parte por milhão), as algas marinhas vão morrer e a temperatura do planeta vai disparar em ordem geométrica para níveis insuportáveis para a vida humana. As algas são as maiores fixadoras de CO₂ e liberadoras de oxigênio da Terra. Quatro bilhões de pessoas morreriam e a vida só seria possível onde hoje estão as regiões mais frias do planeta.

A ampla maioria dos cientistas defende a segunda tendência, inclusive o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). De qualquer forma, o aquecimento, se aguçado em muitos graus, trará tragédias jamais vistas pelos olhos humanos. Um dos impactos mais terríveis será mesmo na agricultura. Os tais "fenômenos extremos" podem ser traduzidos em chuvas irregulares, secas prolongadas alternadas com chuvas torrenciais, aumento dos furacões, assim por diante. Ora, esses fenômenos climáticos são desastrosos para uma agricultura estável. As perdas de safras, seja por uma razão ou por outra, serão uma constante muito mais grave do que as que acontecem hoje, particularmente nas regiões semi-áridas. As previsões para o Brasil são as piores possíveis. Seja no aquecimento gradual, seja no aquecimento geométrico de Lovelock, a tendência é que o



Indústria em Pirapora, Minas Gerais

semi-árido se transforme em um deserto, o Pantanal e a Amazônia em simples savanas, perdendo sua biodiversidade animal e vegetal. Seriam áreas tórridas, de populações rareadas e até inexistentes. Se vincularmos os agravantes do aquecimento ao desmatamento que vem sendo feito nos biomas Pantanal, Amazônia e Caatinga pelo agronegócio contemporâneo, não há muito que se esperar para o futuro. Muitos preferem dizer que esse é um olhar catastrofista. Lovelock, diante dessa crítica, costuma perguntar: "vamos pagar para ver?" Essa é a questão que está posta.

Já tramita na CNBB uma proposta para que a Igreja lidere uma reação, desafiando os cristãos a reagirem aos processos que conduzem ao aquecimento. Há nessa questão também uma dimensão teológica, de cuidado com a criação que Deus nos deu. Quem sabe a proposta seja aceita e encontre eco entre os cristãos e demais pessoas da sociedade que também se preocupam seriamente com esse fenômeno de proporções imprevisíveis. Nessa luta, cabe à CPT animar as comunidades do campo na resistência ao agro e hidronegócios que destroem nossas florestas, emitindo CO₂

na atmosfera, fazendo com que o Brasil seja o quarto maior poluidor mundial exatamente em função das queimadas. Nesse contexto ganha um novo alento a luta pela preservação da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal e da Caatinga. Claro, também do que resta de Mata Atlântica e Pampa. O fortalecimento das lutas populares de resistência, particularmente índios e quilombolas, mas também posseiros, ribeirinhos, etc., deixa de ser apenas uma resistência local para tornar-se uma luta global. Mais que nunca é preciso pensar globalmente e agir localmente.

Outro desafio que se coloca fundamental para a CPT é a água. Para nós terra + água + direitos já são indissociáveis, mas agora essa questão fundamental ganha importância renovada. Com o aumento da temperatura, a alternância de longas estiagens com chuvas torrenciais será mais constante. Então, a captação da água de chuva, que hoje é uma realidade no semi-árido, mas que já se desdobra para a Amazônia, Pantanal e Sul do país, provavelmente será a única saída para muitas regiões do Brasil. Mais que nunca será necessário captar a água no momento que ela cair e passar. Depois será tarde tentar alcançá-la, já que o fenômeno da evapotranspiração (evaporação + transpiração), pelo aumento do calor, ocorrerá com muito mais intensidade do que já ocorre hoje no semi-árido. Água para beber será mais difícil e para produzir praticamente uma raridade.

O mundo no qual vivemos está em mudança radical, de fundamentos, de paradigmas, não só na sociedade humana, mas no planeta que nos abriga. Não temos mais certeza do futuro que nos aguarda. Os que melhor se adaptarem poderão sobreviver. Por outro lado, não podemos desistir enquanto os fatos não se consumam. Há possibilidades reais de minimizar, ao menos em parte, o aquecimento global. Poupar energia, evitar desmatamentos, plantar árvores, diminuir o uso de carros individuais, são passos básicos e certos. Nós também investimos nessas possibilidades. Enquanto há vida, há esperança.

* Agente da CPT e coordenador do Projeto Impactos do Agro e Hidronegócios

AGROTÓXICOS

A ameaça dos agrotóxicos

NANCY CARDOSO*

Poucas pessoas sabem que os venenos utilizados na agricultura, hoje denominados agrotóxicos e no passado defensivos agrícolas, não foram criados para a agricultura ou para o agricultor, mas sim como poderosas armas químicas de uso bélico destinadas à arte da guerra¹.

Os agrotóxicos começaram a ser usados em escala mundial após a 2ª Grande Guerra. Vários serviram de arma química nas guerras da Coreia e do Vietnã, como o Agente Laranja, desfolhante que matou milhares de soldados e civis. Os países que tinham a agricultura como principal base de sustentação econômica – na África, na Ásia e na América Latina – sofreram fortes pressões de organismos financiadores internacionais para adquirir essas substâncias químicas. A alegação era que os agrotóxicos garantiriam a produção de alimentos para combater a fome. Com o inofensivo nome de “defensivos agrícolas”, eles eram incluídos compulsoriamente, junto com adubos e fertilizantes químicos nos financiamentos agrícolas. Sua utilização na agricultura nacional em larga escala ocorreu a partir da década de 70. O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Gasta, anualmente, cerca de 2,5 bilhões de dólares nessas compras. Infelizmente, pouco se faz para controlar os impactos sobre a saúde dos que produzem e dos que consomem os alimentos impregnados por essas substâncias². A notificação e investigação das intoxicações por agrotóxicos no Brasil são precárias. Na maioria dos Estados, as notificações não são objeto dos sistemas de vigilância epidemiológica e sanitária. A ausência de equipamentos de saúde pública e a precariedade do sistema de atendimento ambulatorial contribuem para o sub-registro dessas intoxicações.



Trabalhadores em contato direto com recipientes vazios de veneno

No período após a 2ª Guerra Mundial, a agricultura intensiva, também conhecida como revolução verde, anteriormente restrita aos Estados Unidos, se expandiu por todo o mundo, em especial pela Europa, Ásia e América Latina, substituindo sistemas tradicionais considerados com baixa produtividade. Como resultado do avanço dessa nova agricultura – caracterizada pelo uso intensivo de máquinas e tratores agrícolas, de sementes modificadas, corretivos químicos de solo, adubos e agrotóxicos industrializados – a agricultura mundial apresentou verdadeiros saltos de produção e de produtividade tendo como resultado a concentração dessa cultura nas mãos de poucas empresas que associam mecanização+ químicos+ sementes+ indústria de alimentos e a precarização das formas tradicionais de plantio. Entre os danos ambientais associados a essa forma de produção intensiva es-

tão a contaminação da água, do ar, do solo e dos seres humanos; a destruição de ambientes frágeis e a perda da biodiversidade. Nesse contexto, os problemas ambientais apresentam uma grande diversidade. A larga utilização de adubos químicos e agrotóxicos introduz grande quantidade de produtos de difícil decomposição que contaminam o solo e, por conseguinte, comprometem o estado da água e a saúde do homem.

No caso dos agrotóxicos, a situação é dramática quando se leva em conta as condições em que esses produtos são aplicados. Na maioria dos países em desenvolvimento, os trabalhadores realizam a tarefa sem o uso dos equipamentos de segurança recomendados. Essa situação tem resultado em alarmantes estatísticas de intoxicação de trabalhadores responsáveis por aplicar os agrotóxicos. No Brasil, apesar da maioria das intoxicações não figurar nas estatísticas, o número de casos relatados chega a

mais de 300 mil por ano. Um estudo da Embrapa traz conclusões preocupantes, apesar do aumento expressivo no uso de agrotóxicos, as perdas atribuídas a pragas e doenças não sofreram uma redução drástica, e os ganhos de produtividade foram restritos. Em contrapartida os problemas com a contaminação de alimentos e do meio ambiente e os casos de intoxicação de agricultores cresceram significativamente.³ É a própria noção de eficiência da agricultura que deve ser colocada em questão diante destes dados. O que está em jogo é a continuidade do agronegócio e a destruição das condições objetivas da agricultura voltada para soberania alimentar e a soberania do campesinato.

Desde os anos 80, a sociedade civil brasileira vem trabalhando, ativamente, no sentido de alertar

João Zinclar

a população em relação aos riscos associados ao uso desses produtos para a saúde, o ambiente e a segurança alimentar e nutricional da população. Essa luta influenciou a criação e implementação da Lei 7.802 de julho de 1989, referente a produtos fitossanitários e outros produtos, estabelecendo que os mesmos devam ser previamente registrados, atendendo às diretrizes e exigências dos órgãos federais das áreas de saúde, agricultura e meio ambiente. Recentemente, fortes pressões vêm sendo feitas pelas indústrias químicas e demais setores vinculados ao agronegócio para liberalizar o comércio de agrotóxicos no âmbito do Mercosul, com a flexibilização dos critérios de importação e registro dos produtos.

ANVISA REALIZA SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE AGROTÓXICOS

Nesta conjuntura a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou o “II Seminário Nacional sobre Agrotóxico, Saúde e Ambiente”, nos dias 2 e 3 de outubro, em Brasília (DF). O objetivo do Seminário foi promover o debate sobre o impacto do uso de agrotóxicos e outros insumos químicos na saúde humana e no ambiente. Segundo dados de 2005 do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o uso indiscriminado de agrotóxicos é uma das maiores causas de intoxicação no país, com 159 mortes no ano. O Brasil é o maior

mercado consumidor de agrotóxicos da América Latina. A conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Regina Miranda destacou que atualmente, há uma padronização dos alimentos por causa, principalmente, dos industrializados, o que empobrece a alimentação. Ela acrescenta que, enquanto os humanos ancestrais comiam cerca de 75 tipos de alimentos durante o ano, hoje, com a produção em grande escala, a dieta

do ser humano situa-se entre 12 e 18 itens no ano. Esta padronização atende aos interesses das empresas do setor e seus grandes investimentos em agrotóxicos.

O representante da Via Campesina e coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stédile também defendeu o respeito às tradições culturais no plantio de alimentos. “Isso recuperaria a diversidade alimentícia

e daria segurança”. Para Stédile, não basta o governo fornecer alimentos para quem passa fome, tem que dar condições aos produtores para produzirem o alimento. A CPT participou do Seminário com a presença de Antônio Maria Fortini (MG), Terezinha Sallet Ruzzarin (RS), Luiz Pereira de Sena (PB) e Isidoro Revers, do projeto da CPT Impactos do Hidro e Agronegócios, convidados pela Articulação Nacional de Agroecologia.

Veja os depoimentos da CPT sobre o Seminário da ANVISA

“Pode-se constatar que há um descaso dos governos (estadual e federal), despreparo dos órgãos competentes e falta de qualificação profissional para tratar os casos de intoxicação. Segundo dados apresentados no evento mais de cinco mil trabalhadores (as) morreram no último ano intoxicados. Outro fator grave apresentado é o uso de aeronaves na pulverização de produtos químicos que são despejados sem qualquer controle pelas grandes empresas do agronegócio”. Antônio Maria Fortini – da coordenação da CPT Minas Gerais.

“O Seminário foi importante porque pudemos conhecer experiências de outras regiões do país, com novos questionamentos sobre o uso abusivo de agrotóxicos, principalmente quando tratam os produtos da agricultura como mercadoria, como negócio e não como alimento. Vimos pelas apresentações as formas de aplicação dos agrotóxicos

que não respeitam qualquer forma de vida: humana, animal, vegetal. Na Paraíba, a CPT realiza desde 2001, Feiras Agroecológicas em João Pessoa, onde são comercializados mais de 120 tipos de produtos desde comidas típicas, hortifrutigranjeiros e artesanatos. Atualmente elas comercializam 8000 kg de produtos perfazendo uma renda bruta de R\$ 7.000,00 por semana com uma renda média de R\$ 100,00 por agricultor. Fixam-se, assim, as famílias no campo, valorizando a Reforma Agrária e a sustentabilidade ambiental.” Luiz Pereira de Sena – técnico de agroecologia da CPT Paraíba

“Algumas questões importantes que foram apresentadas no Seminário. Primeiro há um processo de concentração, oligopolização na produção e comercialização dos venenos considerados agrotóxicos, que movimentam U\$ 4,5 bilhões anuais no Brasil. A Bayer uma das principais empresas na comercialização de produtos agrotóxicos, controlou 16% da venda destes em 2004, e incorporou oito empresas entre 1999-2003. A Syngenta adquiriu nove empresas e comercializou 14% no mesmo período. A produção e comercialização dos agrotóxicos hoje no mundo é controlada por 11 empresas. Na sequência do seminário da Anvisa, o Ministério Público Federal promoveu uma Audiência Pública sobre o uso de venenos na agricultura brasileira. As organizações da Via Campesina foram convidadas para expor como elas vêem o uso de agrotóxicos. A CPT foi representada pela coordenadora da CPT do Rio Grande do Sul, Terezinha Sallet Ruzzarin, denunciando o uso de venenos nas lavouras de fumo na região de Santa Cruz, maior produtora de fumo do Estado. Foi uma denúncia que calou

o presidente do sindicato dos produtores de agrotóxicos presente à audiência.” – Isidoro Revers – projeto da CPT Impactos do Hidro e Agronegócio

“Para mim foi marcante entender o modelo agrícola e suas implicações quanto ao uso cada vez mais intensificado de agrotóxicos que o agronegócio traz consigo. Foi importante ver desmascarado o embuste da superprodução realizada com índices cada vez mais elevados de fertilizantes e agrotóxicos, e entender o casamento espúrio realizado entre o grande capital financeiro e o latifúndio na implantação deste modelo agrícola excludente e perverso. Foi instigante verificar que hoje o nosso alimento de cada dia é orientado por um esquema de mercado, de mídia, de marketing e que perde assim a sua função original e que somos hoje reféns de padrões alimentares geradores de lucros e consumidores de cargas cada vez mais mortais de agrotóxicos. Existem leis, acordos que podem ser acionados, como o Acordo de Cartagena e de Roterdã quanto ao uso dos agrotóxicos, mas que é preciso serem estudados e divulgados. Nos grupos de estudo destaco a posição dos participantes ao se declararem favoráveis ao aumento de impostos sobre as vendas de agrotóxicos, como forma de restringir o seu uso e que a arrecadação seja revertida para ações de controle e de esclarecimento.” Terezinha Sallet Ruzzarin – coordenação CPT Rio Grande do Sul.

* Pastora Metodista e membro da coordenação nacional da CPT.

1. www.terrazul.m2014.net/spip.php?article392
2. www.sindipetro.org.br/extra/cartilha-cut/11agrototoxicos.htm
3. www.guiabioagri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=245&Itemid=2

João Zinclar



Toneladas de frascos de agrotóxicos no oeste baiano

No chão é que se faz comunhão

Sob esse lema cerca de 120 pessoas, entre agentes da CPT e representações quilombolas, se reuniram em Goiânia, de 26 a 28 de outubro, para o Encontro Nacional de Formação da CPT

CRISTIANE PASSOS*

Tendo como uma de suas ações de luta assegurar às comunidades tradicionais o seu direito ao território, a CPT escolheu como tema para o seu Encontro Nacional de Formação desse ano “Territorialidade e Quilombos”. Durante três dias, agentes da CPT vindos de todos os estados brasileiros e integrantes de comunidades quilombolas da Bahia, de Goiás, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina, entre outros, puderam trocar experiências e conhecer um pouco mais da história e das lutas desses segmentos sociais.

Assessorados pelas professoras Maria de Lourdes Siqueira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Rosa Acevedo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e do quilombo da Comunidade de Mangal Barro Vermelho, em Bom Jesus da Lapa, Bahia, e integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), João da Conceição Santos, os participantes puderam discutir e refletir sobre questões culturais, resistência, ações do governo, políticas públicas para comunidades quilombolas, entre outros temas. A professora Maria de Lourdes iniciou os trabalhos resgatando a luta do negro no Brasil, a formação dos quilombos e o peso deles na história brasileira, “o quilombo não é só uma localidade, ele faz parte da história desse país”. A professora Rosa completou essa idéia em sua fala, “o quilombo é uma forma de dizer ‘não’ à dominação (...) há uma força no termo ‘quilombo’, ele ganhou um peso político que significa resistência”.

De acordo com Maria de Lourdes, as elites dominantes brasileiras tentaram, por muito tempo, conven-



Momento de Mística no Encontro

cer o povo de que existe uma democracia racial no Brasil. Essa idéia foi alimentada por intelectuais a serviço dos sistemas políticos vivenciados pelos brasileiros. Da colônia à república tentou-se disseminar a idéia de convivência pacífica e igualitária entre pessoas com suas especificidades e diferenças históricas. Entretanto, na prática o que se viu foi uma tentativa de buscar meios de apagar os “resquícios” da abolição, ao propor o embranquecimento da população através da facilitação da entrada no país de imigrantes europeus. Apesar disso, o povo africano e seus descendentes resistiram conservando ao longo de todo o processo de escravidão, abolição e pós-abolição, a sua cultura, as suas tradições, as suas religiões, as suas etnias e a sua ancestralidade. O mesmo já foi afirmado pelo docu-

mento **Os pobres possuirão a terra**, “as comunidades negras, remanescentes de Quilombos, resistindo à ideologia do processo de branqueamento da sociedade brasileira, vem mantendo e revitalizando, cada vez mais, seus valores culturais e exigem o reconhecimento das áreas que ocupam desde o tempo da luta contra a escravidão e que lhe são devidas por uma dívida histórica.”

Diversidade cultural, identidade e territorialidade

Outra forma de opressão, lembrada por Maria de Lourdes, é a tentativa das elites, do estado e do governo brasileiro de impor uma unidade cultural. Isso desrespeita a mescla de culturas formadoras do povo brasileiro. O que se deve buscar é a convi-

vência harmoniosa entre as diferenças culturais e religiosas, e não a homogeneização delas. Esse é mais um elemento de resistência e de reação à dominação.

De acordo com a professora Rosa Acevedo os grupos desenvolvem estratégias que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros que a alusão, simplesmente, a uma determinada ancestralidade. O pertencimento ao grupo, a identificação com ele não emana apenas de laços de consanguinidade. A identidade não é determinada à priori, é um processo de construção e incorporação dos elementos culturais e sociais do grupo. A partir disso, a questão do território vem

como elemento constituinte da identidade coletiva do grupo e da estrutura sócio-cultural deste. O próprio termo quilombo é usado, também, para conferir direitos territoriais ao grupo que o compõe. Ele se configura como um núcleo de diversidade e de sistemas de uso e usufruto dos recursos, e como parte de um processo sócio-político que permite discutir a autonomia desses grupos fora do domínio da grande propriedade.

A questão da territorialidade implica tanto em uma apropriação material quanto simbólica, o exercício efetivo dessa propriedade torna necessário que os membros do grupo utilizem regras próprias de conduta. O território assegura a vinculação do indivíduo ao seu meio, agindo de acordo com a cultura do grupo. Ele é espaço de socialização e de conso-

Cristiane Passos

Cristiane Passos



Paula Cardoso, representante quilombola de Minas Gerais

lidação cultural. Apesar dos quase vinte anos da aprovação da Constituição Federal, que trouxe o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determinando que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade privada definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, a titulação das terras tradicionalmente quilombolas ainda se configura em um processo lento, desgastante para a comunidade e submetido a interesses de latifundiários contrários ao direito assegurado aos quilombolas. Na verdade, existe uma tensão dentro dos órgãos responsáveis pelas questões fundiárias inerentes ao reconhecimento de situações de uso coletivo da terra.

Diante das dificuldades em obter o título de suas terras e das constantes investidas violentas de multinacionais e latifundiários, os participantes do Encontro Nacional de Formação da CPT divulgaram, ao final do evento, uma carta de apoio às comunidades quilombolas.

CARTA DA CPT EM APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os meus adoradores trarão suas ofertas do outro lado dos rios da Etiópia (Sofonias, profeta africano, 3,10)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), reunida no Encontro Nacional de Formação sob o tema “Territorialidade e Quilombos”, sente-se interpelada pela resistência secular do movimento negro e pelo direito das inúmeras famílias de origem quilombola que moram e trabalham na terra, desde tempo imemorial ou que se reconhecem como tais, para superar impedimentos deixados por três séculos de escravidão negra rural.

A luta, legítima e constitucional, das comunidades quilombolas de todo Brasil para ter reconhecido, demarcado e titulado o seu próprio território, nos faz renovar nosso compromisso de fidelidade junto a todas e todos que lutam por terra, alimento e vida na paz.

Afirmamos que as comunidades tradicionais, entre elas as quilombolas, longe de ser “entraves ao crescimento do Brasil”, se constituem nos verdadeiros “heróis” que, com seu trabalho, fizeram nosso país, preservando a natureza e produzindo nossos alimentos, e não tiveram até agora reconhecidos todos os seus direitos.

O protagonismo corajoso e perseverante das comunidades quilombolas levou à elaboração de uma base legal que legitima seus direitos e à implementação de políticas públicas afirmativas que, mesmo insuficientes, são um passo indispensável para que lhes seja feita justiça.

É por isso que a CPT denuncia a campanha mentirosa e covarde que está sendo orquestrada, com o apoio de influentes meios de comunicação de massa, com o objetivo de atingir várias comunidades quilombolas, desqualificando sua identidade, sua luta e seu direito a ter o domínio de seu território.

A CPT se une às comunidades quilombolas para exigir o reconhecimento e a titulação de todos os territórios quilombolas do Brasil, onde elas possam viver, buscando o bem-estar de todos e todas, com sua capacidade de construir relações comunitárias com a terra, com a água e com toda a natureza; construir relações de fidelidade com os ancestrais e com as futuras gerações; construir relações holísticas de unidade e harmonia cósmica entre o orum (a terra) e o ayê (o céu), conforme a tradição yorubana.

Este reconhecimento vai enriquecer nossa nação brasileira:

- Por nos fazer assumir a raiz de nossa negritude como elemento essencial de nossa identidade, de nossa cultura e de nossa história de povo brasileiro;
- Por aprender uma maneira de viver e de nos relacionar com as pessoas e com a natureza e com Deus que nos ajuda a vencer a tentação de nos conformar a um modelo, sempre devastador, concentrador e violento, incapaz de ver a natureza como mãe generosa para todos, mas como recursos a serem explorados até à exaustão pelo mais poderosos.
- Por valorizar as diversidades como fonte da única e verdadeira riqueza que constrói uma sociedade democrática e uma humanidade fraterna e pacífica, e por fortalecer o diálogo inter-cultural não só como exercício de tolerância, mas como passo essencial na luta por vida e liberdade;

Com as comunidades quilombolas, nos comprometemos numa luta firme, teimosa e grávida de esperança:

- Contra toda a discriminação e a violência étnica, cultural e religiosa que, apesar de ilegal, continua presente em nossa sociedade e em várias igrejas ou movimentos eclesiais;
- Para que as políticas públicas para as comunidades quilombolas sejam decididas com a participação deliberativa das mesmas, de modo a evitar todo assistencialismo e para que os recursos orçados sejam suficientes e não contingenciados;
- Para que o INCRA, superando seu crônico imobilismo, se articule melhor com a Fundação Cultural Palmares e com a Secretaria do Patrimônio da União e, assim, se consiga mais agilidade e celeridade nos processos de identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas.

O Deus da vida e da história vai nos sustentar neste caminho, vai nos dar forças para continuar nossas lutas e vai alimentar nossas esperanças na certeza de que Ele escuta o clamor do pobre e o salva de todos os apertos, pois Ele não sossega enquanto não fizer justiça a seu povo (Sl 34,7; Eclo 35,23).

Goiânia, 28 de outubro de 2007.

Os participantes do Encontro Nacional de Formação da CPT

* do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ÍNDIOS

Expectativa quanto à retirada de não índios da terra Raposa Serra do Sol

J. ROSHA*

Ameaças, perseguição a lideranças, destruição de roçados das comunidades são alguns dos problemas vividos pelos indígenas da terra Raposa Serra do Sol, em Roraima, diante do anúncio da retirada dos ocupantes não-indígenas que ainda permanecem no local. A retirada está prevista no decreto de 15 de abril de 2005, assinado pelo presidente da República, que homologou aquela terra ocupada tradicionalmente por mais de 30 mil indígenas dos povos Makuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang e Patamona.

Há pelo menos 30 anos os indígenas daquela região enfrentam a força de fazendeiros, garimpeiros e, mais recentemente, dos rizicultores, para garantir o direito à terra. A violência já resultou na morte de mais de 30 indígenas sem que algum de seus executores tenha sido condenado. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) tem recebido freqüentes denúncias de agressões praticadas contra os indígenas e suas comunidades. Os casos mais comuns têm acontecido na região de Surumu, distante de Boa Vista, a capital de Roraima, cerca de 200 quilômetros. Ali, encontram-se as maiores plantações de arroz. “Temos notícias de que por lá andam motoqueiros armados”, diz a advogada do CIR, Joênia Wapichana. A violência coti-

diana contra os índios acontece nas aldeias e também nas cidades. Desde vereadores até autoridades do alto escalão de Roraima usam os meios de comunicação diariamente para atacar os direitos indígenas.

AÇÃO URGENTE

Segundo avaliação de Joênia Wapichana, a demora do Governo Fe-

fatiza Joênia. No interior da terra indígena os moradores não-indígenas continuam vendendo bebida alcoólica, continuam os furtos de gado, disputas pela terra e depredação do meio ambiente sem controle algum.

Para o superintendente da Polícia Federal em Boa Vista, Cláudio Lima de Souza, a situação no estado está relativamente tranqüila. “Não se vê mais alguns políticos falando contra



Arquivo CIMI

deral em retirar os ocupantes não-indígenas está favorecendo os rizicultores. Eles estão se articulando e se preparando para reagir contra a medida. “A demora está criando um clima de discriminação contra os índios. Parece que eles são os culpados por todos os problemas do Estado”, diz Joênia. Enquanto os meios de comunicação semeiam entre a população informações distorcidas, diz ela, os rizicultores prosseguem ampliando suas plantações e explorando a terra. “Todos estão apreensivos”, en-

a retirada dos arroteiros como acontecia há alguns dias atrás”, avalia. Ele assegura, porém, que a PF está pronta para agir caso seja determinada a retirada dos não-índios da terra Raposa Serra do Sol. “Se eles agirem com violência, nós também teremos que usar a força”, assinala o superintendente da PF. “A cada ação corresponde uma reação. Prefiro que tudo seja resolvido na paz, sem conflito”, diz Cláudio Lima de Souza.

* Setor de Comunicação do CIMI NORTE I.

CARTA À ONU

Nos próximos dias o Conselho Indígena de Roraima deverá encaminhar carta ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU (CERD) da Organização das Nações Unidas – ONU, relatando as ameaças aos povos indígenas da Terra Raposa Serra do Sol decorrente da falta de providências por parte do Governo Federal. Em agosto passado o CERD recomendou ao Estado Brasileiro a adoção de medidas efetivas para acabar com a violência naquela terra indígena bem como o cumprimento com as obrigações assumidas internacionalmente para o combate à discriminação racial.

Naquela ocasião, o CERD destacou, dentre outras situações, o fato de que “Nenhuma medida específica foi tomada por autoridades locais ou federais para proteger os povos indígenas desde a última data de consideração dessa situação pelo Comitê. Esse fato é particularmente preocupante porque, de acordo com as informações recebidas de diversas fontes pelo Comitê, casos de violência contra membros das comunidades indígenas aconteceram muito recentemente, inclusive com a alegada participação de autoridades locais”.

“Nada de concreto foi feito até agora. Não temos alternativa senão recorrer à pressão internacional para que o governo brasileiro cumpra com os compromissos em relação aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol”, conclui Joênia Wapichana.

ARTIGO

Assumir o comando

THALLES GOMES*

Nós, os explorados, temos de nos organizar e lutar pelo resgate de nossa própria identidade. Forjar uma imagem não colonizada de nós mesmos, livre das manipulações e deturpações dos exploradores. Afirmamo-nos enquanto ser, para assim lutarmos por nossa soberania e dignidade. Resgatar e compreender nosso passado, para transformar o presente e construir nosso próprio futuro, livre e soberano. Da passividade à proposição, chegou o momento das organizações de luta popular assumirem o desafio da construção autônoma, soberana e plural de sua própria identidade.

Os trabalhadores organizados na luta somos os únicos que temos o direito de contar nossa própria experiência, não por um jogo de espelhos no qual se contempla a própria imagem conhecida, mas sim problematizando e questionando a realidade que nos cerca, para conhecê-la e, principalmente, transformá-la.

Para tanto, é necessário construir nossos próprios instrumentos de comunicação, para fortalecer-nos na luta ao difundir e trocar nossas experiências. Dentre esses meios, a produção audiovisual tem grande importância.

Mas uma produção audiovisual que extrapole os limites do mero registro e se torne um instrumento de formação e politização da luta dos trabalhadores. Para além do registro e do mero entretenimento, uma produção audiovisual que aprofunde e problematize a realidade; que supere a simples constatação em imagens e sons da pobreza, miséria e violência – sem oferecer qualquer possibilidade de modificá-las. Ao contrário, explice uma imagem da realidade passível de transformação, que vá além do cotidiano visível e possa provocar uma tomada de consciência na classe trabalhadora, agora não mais espectadora e sim protagonista de sua pró-



Arquivo CPT Nordeste

pria história. De espectador-objeto a espectador-sujeito.

Uma produção audiovisual engajada que tome partido, que construa de forma coletiva e democrática o novo. Não nos preocupa uma pretensa imparcialidade, porque acreditamos que a realidade não se capta em imagens, mas sim se constrói.

Em outras palavras, os filmes não devem ser considerados o produto final, mas sim o início de ações e debates políticos.

Nesse contexto, começa a se constituir a Brigada de Audiovisual da Via Campesina, com o desafio de encarar a produção audiovisual como legítimo instrumento de formação e transformação da classe trabalhadora.

Formada por militantes dos mais distintos estados e organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, a primeira tarefa da Brigada de

Audiovisual foi a realização do vídeo sobre o 5º Congresso Nacional do MST, ocorrido entre os dias 11 e 15 de junho. **Lutar Sempre! – 5º Congresso Nacional do MST** é uma obra coletiva e participativa. Isso porque todo o processo de concepção e realização – que começou três meses antes do início do Congresso – contou com a participação e colaboração de diversos militantes. Tanto a discussão de roteiro e planejamento de ação, passando pela captura das imagens e depoimentos durante o Congresso, bem como a edição – que ocorreu no Ponto de Cultura da Escola Nacional Florestan Fernandes – foram feitas por militantes da Via Campesina. O vídeo foi finalizado no final de setembro e tem como função aprofundar e problematizar os temas e reflexões discutidos durante o Congresso.

Outra iniciativa é a proposta de criação de uma Videoteca Popular, que funcionaria como banco de imagens e documentação da trajetória e experiências da luta dos trabalhadores no Brasil, bem como um centro autônomo de organização, distribuição e exibição dos filmes produzidos pelas organizações de luta da classe trabalhadora. Uma rede de distribuição alternativa de filmes, organicamente vinculada aos movimentos sociais, o que aumentaria o impacto e repercussão desses filmes, fortalecendo as discussões e democratizando as informações.

Temos as ferramentas e, mais importante, temos a necessidade. Chegou a hora de assumirmos o comando.

* Integrante da CPT Nordeste2

MARCHAS

Em meio a agressões, a proclamação da defesa da Terra e da Vida

ANTONIO CANUTO*

Depois de 62 dias de caminhada e mais de 1.500 quilômetros percorridos, a Marcha do MST em direção à Fazenda Guerra, no município de Coqueiros, Rio Grande do Sul, se encerrou sem ter conseguido chegar ao local planejado. Segundo o padre Rudimar Dal Asta, da coordenação da CPT do Rio Grande do Sul, que acompanhou a marcha, isso não significou um fracasso. “Saímos das marchas com a cabeça erguida, pois conseguimos vitórias e conquistas como: a liberação de 80 milhões para compra de terras; liberação de dois companheiros que estavam com a prisão preventiva decretada; lona e comida para os acampamentos, além da promessa do assentamento de 2.000 famílias em 2008”, disse ele.

A marcha, ou melhor, as marchas, pois eram três colunas que partiram, em 11 de setembro, de regiões diferentes do estado do Rio Grande do Sul, tinham por objetivo chegar à Fazenda Guerra, um latifúndio de 7.000 hectares que, além de não cumprir a função social da propriedade, ocupa mais de 30% de toda a área do município de Coqueiros. A fazenda já havia sido ocupada em fevereiro de 2006, mas os sem-terra foram violentamente despejados em uma verdadeira ação de guerra, em 11 de março do mesmo ano. O pedido de desapropriação da área recebeu o apoio de 40 prefeitos da região.

A marcha não chegou à Fazenda Guerra porque a juíza da Comarca de Carazinho, da qual faz parte o município de Coqueiros, atendendo os latifundiários, decidiu impedir sua entrada na Comarca. Quando os marchantes tentaram prosseguir, no dia 24 de outubro, foram barrados pela Brigada Militar, que deixou oito feridos. Mesmo a intervenção de representantes de órgãos públicos, do Ministério Público, de deputados e de outras autoridades não conseguiu demover a juíza de suspender o interdito proibitório,



Marcha pela Terra e pela Vida no Espírito Santo

negando assim aos sem-terra o direito de ir e vir. Segundo a juíza, a medida se destinava a coibir possíveis enfrentamentos dos sem-terra com os ruralistas da região.

Realmente os ruralistas, representados pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), não aceitam a desapropriação da área para que ela não alimente a combatividade dos sem-terra. A agressividade ficou explícita na cidade de Bagé. Lá, a caixa de energia elétrica do ginásio onde se alojaram os sem-terra foi depredada e tentativas de consertá-la foram impedidas pelos fazendeiros que acamparam do lado de fora. Durante a madrugada jogaram pedras e foguetes sobre o local. Frei Wilson Zanatta, da CPT, sofreu ameaças além de ter os vidros de seu carro quebrados e os pneus cortados.

De certa forma, porém, a Marcha chegou à sede da Comarca, em Carazi-

nho. Uma quarta coluna, formada por sindicalistas, estudantes e outros simpatizantes realizou uma manifestação na cidade. “Eu acho que é importante salientar essa mobilização da quarta coluna, porque, no nosso entendimento, a marcha chegou a Carazinho. Nos sentimos representados nas mais de 500 lideranças do Rio Grande do Sul inteiro, que foram lá se manifestar e marchar dentro da cidade, a fim de questionar a decisão dessa juíza, que foi arbitrária” afirmou Cedenir de Oliveira, da Coordenação Estadual do MST, em entrevista ao Instituto Humanitas, da UNISINOS.

Também o compromisso do Incra de assentar, até o final de 2008, 2.000 famílias é um avanço, considerando que de 2002 a 2007 somente 800 famílias foram assentadas no estado. O padre Rudimar, porém, se pergunta: “Será que o governo vai assumir a

proposta e assentar as duas mil famílias? Se não assentar, o povo irá voltar para as estradas”.

MARCHA POPULAR PELA TERRA E PELA VIDA

Também o Espírito Santo foi palco de outra marcha. Esta contra o modelo de desenvolvimento do campo alicerçado sobre as monoculturas do eucalipto e da cana, que destrói a agricultura camponesa e ocupa áreas indígenas e de quilombolas. Durante 12 dias, de 1º a 12 de outubro, a Marcha pela Terra e pela Vida, organizada pela Via Campesina do Espírito Santo e pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, percorreu a BR 101 entre São Mateus e o município de Aracruz com cerca de 300 pessoas, entre trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, estudantes e outros.

Segundo o Pastor Wonibaldo Rutzen, da CPT do Espírito Santo/Rio de Janeiro, “A marcha foi muito bem acolhida nas escolas, igrejas e universidades. A receptividade das pessoas e os debates nas comunidades foram momentos privilegiados. A população toma consciência de que o modelo adotado e que a mídia apresenta como fator de desenvolvimento e de criação de empregos não corresponde à realidade. Este modelo cada vez mais ocupa áreas destinadas à agricultura e empobrece os camponeses. Esse tipo de projeto expulsa as populações do campo e provoca inchaço nas grandes cidades”.

Em Aracruz, a marcha foi acolhida festivamente nas aldeias de Caieiras Velhas e de Irajá, onde houve uma grande integração com os indígenas, que estão em processo de finalização da demarcação de suas terras. O ato final da Marcha ocorreu no centro de Aracruz, com caminhada e concentração na praça.

* do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

Gleison Nimer

ASSASSINATO

Syngenta executa liderança da Via Campesina no Paraná

ROGÉRIO NUNES E SILVANA LOCH*

Domingo, dia 21 de outubro de 2007, chove muito na cidade de Santa Tereza do Oeste, no Paraná. Por volta das 13 horas, um grupo de 40 pistoleiros da empresa NF Segurança, contratados pela multinacional Syngenta Seeds desembarca de um ônibus atirando em direção ao acampamento dos trabalhadores (as), que haviam ocupado a área no amanhecer do mesmo dia. A ação dos pistoleiros tirou a vida de Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, liderança do MST e da Via Campesina na região, executado à queima roupa, com dois tiros no peito. Outros cinco trabalhadores foram feridos: Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos e Hudson Cardin, e a sem-terra Izabel Nascimento de Souza, atingida por três tiros e espancada pelos seguranças. Valmir Mota de Oliveira tinha 42 anos, era casado e pai de dois filhos. Militava no MST desde os 17. Sua história com o MST é longa, seus pais moram no assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado em Diamante do Oeste (PR).

Por trás deste crime percebem-se as digitais da empresa multinacional Syngenta Seeds. No entanto, este é apenas mais um dos crimes cometidos pela empresa na região. Em março de 2006 a Syngenta foi flagrada e multada em R\$ 1 milhão pelo IBAMA por realizar experimentos ilegais de soja e milho transgênicos na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. O assassinato ocorrido no dia 21 de outubro, já vinha sendo anunciado (inclusive na imprensa estadual) por Alessandro Meneguel, presidente da Sociedade Rural do Oeste (SRO) e chefe dos ruralistas da região, sem a menor cerimônia. No



Joka Madruga

jornal Folha de Londrina, do dia 1º de dezembro do ano passado, o líder dos ruralistas afirmou “Se o governo não cumprir as reintegrações, nós vamos fazer com as nossas próprias mãos”. Um dia antes, cerca de 150 fazendeiros da região, liderados por Meneguel, bloquearam a BR 277 com o intuito de coibir a marcha realizada pelos trabalhadores (as) que participavam da I Jornada de Educação da Reforma Agrária. Ao final da ação, cerca de 10 trabalhadores (as) ficaram feridos, inclusive o Keno, que foi agredido com pedaços de pau.

AMEAÇAS

As lideranças do MST e da Via Campesina na região vinham sendo ameaçadas de morte constantemente. Em março de 2007, uma pessoa telefonou anonimamente (fato registrado em boletim de ocorrência) à secretaria do MST em Cascavel (PR) afirmando que “era para eles, do movimento, tomarem cuidado, principalmente o Celso Ribeiro Barbosa, Célia Apareci-

da Lourenço e o Valmir Mota de Oliveira (Keno), porque a UDR estava preparando uma armadilha”. No dia 25 de abril desse ano, um grupo de ruralistas da região oeste do Paraná liderados por Alessandro Meneguel, presidente da SRO, criou o Movimento dos Produtores Rurais (MPR). De acordo com várias declarações à imprensa, o MPR tem o objetivo de articular e financiar milícias privadas contra os trabalhadores rurais sem terra e promover ações de despejo em áreas ocupadas pelos trabalhadores. O MPR mostrou logo a que veio e já no dia 21 de abril desse ano, um grupo de “seguranças” contratados pela entidade ruralista despejou 60 famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

A (re)articulação das milícias armadas no campo paranaense, sob a fachada de empresas de segurança, tem preocupado a CPT. A ação dessas milícias cresceu em 2005 e 2006 conforme dados registrados pela entidade. Em 2006, 764 famílias estiveram sob ameaça, um aumento de 23,22% se com-

parado com as 620 famílias em 2005, e de 48,92% na comparação com 2004. Neste ano de 2007, os grupos armados continuam atuando livremente no Paraná, contando com a complacência dos governos Federal e Estadual, que têm assistido passivamente aos crimes cometidos pelos ruralistas. O assassinato de Keno concretizou aquilo que estava sendo anunciado há tempos na região oeste do Estado.

Como é de praxe, logo após o crime, sobram declarações incisivas das autoridades afirmando seu compromisso em esclarecer e punir os responsáveis, infelizmente estas se atentaram tardiamente para a situação, pois as ameaças contra os trabalhadores (as) já haviam sido denunciadas várias vezes. A imprensa, como sempre, distorceu os fatos na tentativa de criminalizar as ações dos movimentos sociais, ao tentar mostrar que o crime cometido – e planejado – pela multinacional Syngenta não passou de mais um confronto entre “seguranças” e sem terras. O assassinato de Keno revela o modo como atua a multinacional Syngenta Seeds e as demais multinacionais. Na ânsia pelo lucro estas empresas têm deixado um rastro de destruição ambiental, social, econômica e cultural no Paraná e no Brasil. Tudo isto alicerçado no mito do progresso e desenvolvimento prometidos por estas e na postura subserviente de muitos. O crescimento das milícias armadas no campo sinaliza que se nenhuma medida for efetivamente tomada pelos órgãos públicos, poderemos em um futuro não muito distante chorar a dor de mais uma família vítima da violência e da truculência do latifúndio e do agronegócio que não titubeiam em assassinar, se preciso for, aqueles que se colocam contra o seu projeto de morte.

* Agentes da CPT Paraná

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Mulheres na luta pela Previdência Universal

Ao mesmo tempo em que o governo encerrava o Fórum Nacional da Previdência Social, mulheres de todo o Brasil protestavam em paralelo pela manutenção de seus direitos.

MAYRÁ LIMA*

“Somos contra toda e qualquer mudança na previdência social que resulte na destituição de direitos para as mulheres e acentuando a desproteção social a que já estão submetidos/as mais de 46 milhões de trabalhadores/as brasileiros/as”. Assim diz a “carta aberta das mulheres”, principal documento em que as representantes de movimentos sociais e ONGs feministas, preocupadas com os rumos da Previdência Social, aprovaram durante um acampamento realizado nos dias 30 e 31 de outubro, em frente ao Ministério da Previdência. O acampamento marcou o encerramento do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social (FIPPS) realizado por 300 mulheres, incluindo as da Via Campesina, que se manifestaram contra os rumos da Reforma da Previdência. A ordem é propor a proteção previdenciária ao trabalho feito pelas mulheres, em quaisquer das atividades produtivas, nas atividades da reprodução e do cuidado familiar.

De acordo com a carta está mais claro para a sociedade que a Previdência Social não é deficitária. Para elas, se somadas todas as receitas previstas na Constituição, a Previdência encontra-se com saldo de recursos ano após ano, o que é comprovado em estudos de diferentes instituições. Em 2006, o orçamento da seguridade social foi superavitário em cerca de 48 bilhões de reais (ANFIP, 2007). “Nós, mulheres, seguiremos no enfrentamento da política de superávit primário que vem comprometendo a efetivação de direitos sociais. É preciso garantir o orçamento da seguridade social, hoje o mais atingido pela política econômica”, garantem. O Fórum Paralelo defende sim mudanças na Previdência Social, mas para garantir direitos das



Fórum Paralelo Itinerante da Previdência Social realizado em Brasília

mulheres e para melhorar o sistema. “O Estado brasileiro precisa parar de dizer não aos nossos direitos. As mulheres têm uma situação de trabalho das mais precárias e esse é um problema de política pública e da Previdência Social brasileira”, diz o documento que foi apresentado ao Fórum oficial de previdência, composto pelo Governo Federal, Centrais Sindicais e confederações patronais, que também encerrou suas atividades no dia 31 de outubro.

“Nós, mulheres do campo e da cidade, reafirmamos que as mudanças realmente necessárias e urgentes na previdência social devem estar voltadas para ampliar direitos e enfrentar as desigualdades e a exclusão das mulheres e outros segmentos hoje submetidos à total desproteção! A previdência que queremos deve ampliar a cidadania, enfrentar as desigualdades e, assim, promover justiça e efetivar a democracia no Brasil!”, afirmam. O FIPPS surgiu em abril como um con-

traponto ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), criado para apresentar propostas para mais uma reforma da Previdência. Além de ministérios, fazem parte do grupo de discussão centrais sindicais e confederações patronais. O movimento de mulheres, porém, não foi incluído nos debates, podendo participar apenas como observador.

Bancada Feminina

As mulheres integrantes do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social (FIPPS) também tiveram audiência com a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. O principal encaminhamento foi a formação de um Grupo de Trabalho entre as deputadas para que se faça um mapeamento dos projetos referentes à previdência dos rurais e urbanos para que se tenha uma atuação unitária entre as deputadas. “A bancada está aqui para ser uma ferramenta”, declarou

a coordenadora, deputada Luíza Erundina (PSB/SP). Estiveram presentes ao todo 11 deputadas e dois deputados para ouvir as reivindicações do FIPPS registradas na “carta aberta das mulheres”, tirada na manhã do dia 31, em plenária realizada em frente ao Ministério da Previdência.

Na ocasião, o FIPPS decla-

rou sentir preocupação com as afirmações do ministro da Previdência, Luiz Marinho, durante sua visita ao acampamento. De acordo com o ministro Marinho, “o Governo não vai poder fazer todas as demandas” que foram apresentadas pelas mulheres. A preocupação vem principalmente da possibilidade de retirada de direitos já garantidos como a redução da idade de aposentadoria para mulheres diante da tripla jornada de trabalho, a diferenciação entre a previdência rural e urbana, garantindo a seguridade social, principalmente dos rurais que não possuem finais de semana, muito menos férias. Diante disso, as mulheres em unidade continuarão mobilizadas. “Nós formamos o FIPPS para ajudar o Fórum Oficial e por isso apresentamos as nossas demandas. Nós defendemos a inclusão”, disse Justina Cima, do Movimento de Mulheres Camponesas/ Via Campesina.

* Assessora de Imprensa do deputado Adão Pretto (PT/RS) e da Via Campesina Brasil.

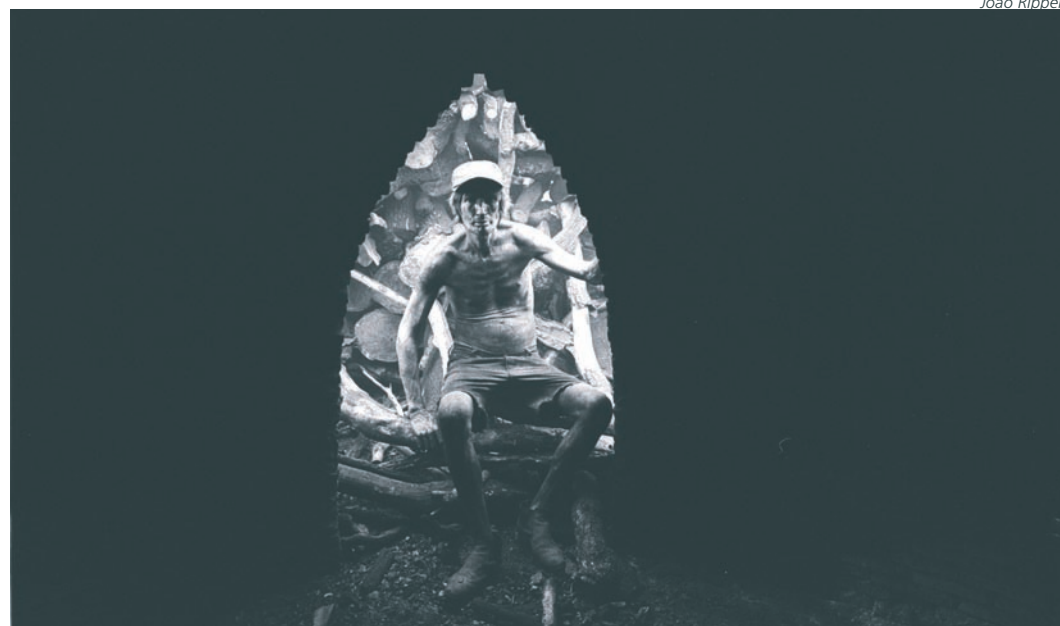
TRABALHO ESCRAVO

Combater o trabalho escravo, uma opção política

XAVIER PLASSAT*

No final de junho passado, o presidente Lula, mais uma vez, completava uma volta ao mundo repleta de novas promessas de contratos comerciais para o etanol do Brasil. Em vibrante discurso na Europa descartava qualquer hipótese de ver um dia a Amazônia ser afetada pela febre da cana. Entretanto, no final do mês de junho, cerca de 1.100 cortadores de cana foram encontrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, especializado no combate ao trabalho escravo, na fazenda e usina Pagrisa, em Ulianópolis, Pará. Nos anais do Grupo Móvel era mais um recorde após o registrado, dois anos antes, em outra usina de álcool, a Gameleira, também na Amazônia, em Confresa, Mato Grosso (desde então rebatizada como Araguaia). A notícia entrelaçava de repente algumas das questões mais quentes do momento atual no Brasil e colocava em dúvida algumas das certezas mais em voga, tais como: “O remédio milagroso ao aquecimento global enfim foi achado, aqui no Brasil. Povos do norte continuam dirigindo e consumindo em paz, seu combustível está garantido! Povos do sul, exultemos, desta vez a galinha de ovos de ouro é nossa! (...) Quanto à dureza do trabalho nos canaviais, não se pode exagerar! 21 mortos por exaustão? Isso foi crueldade do destino. Nosso presidente, se pudesse, preferia mil vezes trabalhar toda a vida no canavial do que uma semana em mina de carvão. Quem se atreve a dizer que a esperança de vida de um cortador obrigado a render 12 a ... 20 toneladas diárias não passa de...12 anos?”

Por terem tocado no assunto de forma tão inconveniente, os fiscais que visitaram a Pagrisa só podiam ter agido de má fé e, pelo menos, com base numa idéia equivocada do que seria trabalho escravo, ou pior, acreditando numa quimera. Munido desse pressuposto, um batalhão de políticos e fidalgos do agro-negócio resolveu entrar em guerra. Movidos pela “solidariedade” com os donos



João Ripper

da empresa – que imediatamente havia visto a Petrobrás, seu principal cliente, suspender qualquer negócio – tentaram se interpor na ação fiscal, procurando, sem sucesso, levá-la ao fracasso. Foram em seguida a Brasília pressionar o ministro Carlos Lupi e desqualificar seus subalternos. E criaram no Senado uma “sub-comissão externa Pagrisa” para investigar o caso. O lobby ruralista, sob a liderança da senadora Kátia Abreu, apoiou com toda força. Um punhado de senadores se deslocou até a Pagrisa para “investigar” e não achou nada que caracterizasse uma moderna senzala, como era de se esperar quase três meses depois dos fatos. Daí começaram a prometer inquérito criminal contra os fiscais, por abuso de autoridade e falsidade ideológica; e no embalo, Kátia Abreu ameaçou processar o jornalista Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil. Por fim, destratarem o ministro Lupi na tribuna do Senado.

Provocado, o Ministério do Trabalho resolveu contra-atacar, obrigando assim os vários campos a revelarem suas posições. A arma escolhida foi a suspensão temporária das ações de fiscalização, uma medida grave pelo impacto e o simbolismo. No ritmo atual, cada semana sem fiscalização significa cem a duzentas pessoas mantidas no cativeiro e três ou

quatro escravagistas livres para continuarem. A partir daí, o debate assumiu um contorno nacional. Todos os atores envolvidos entraram com alguma moção de apoio ou de repúdio. CPT, Fórum Nacional pela Reforma Agrária, Sindicato Nacional dos Fiscais, organizações de magistrados, fóruns regionais (MA, MT, PA, PI), e até a opinião pública internacional, bastante sensível a esse assunto, manifestaram rejeição aos senadores “escravistas”. O ministro Lupi rebateu os ataques da Sub-Comissão Pagrisa disponibilizando o relatório dos fiscais¹ e detalhando as péssimas condições encontradas na Usina. Com a imprensa majoritariamente apoiando o Grupo Móvel, os senadores rebeldes acabaram isolando-se e sua tentativa arruinando-se. Disse a revista *Isto É* em editorial de 8 de outubro: “Um dos grandes anacronismos da história legal do País foi escrito depois que senadores decidiram (...) protestar contra a fiscalização do trabalho escravo. (...) O trabalho escravo, queiram as autoridades ou não, é uma realidade no Brasil. (...) O caso é um emblema de práticas condenáveis (...), mas serve também como alerta. Não é possível combater o trabalho escravo sem que haja conscientização de que ele é um mal a ser banido. Por todo o País levantaram-se vozes nesta direção e o

Ministério do Trabalho, após a reação de brasileiros indignados, resolveu retomar a fiscalização das fazendas. A força dos cidadãos prevaleceu.” Um tiro no pé, esse foi o resultado imediato da reacionária ofensiva dos senadores da bancada ruralista: a sub-comissão encerrou discretamente seus trabalhos sem nem realizar as cerca de 20 audiências anunciadas.

Para mudar essa, ainda, real escravidão, alguns sinais significativos têm surgido. Pressionados por fóruns estaduais atuantes que lhes cobram os compromissos pré-eleitorais, os estados do

Maranhão, Pará, Piauí, Bahia e Tocantins estão adotando ou preparando planos estaduais de combate ao trabalho escravo. Um Pacto Federativo para a Erradicação do trabalho escravo está em discussão entre estes mesmos Estados, os quais, juntos, respondem por 70% do problema no Brasil. Certamente a pressão da comunidade internacional deve ter contribuído para tal mudança. Ninguém fica indiferente quando a União Européia ou os EUA cobram “atitudes”. Por último, reagindo à publicidade feita ao caso Pagrisa e às denúncias pesadas e repetidas publicadas pela revista econômica americana *Markets/Bloomberg* a respeito, sucessivamente, do ferro-gusa e do etanol brasileiros, uma comissão mista do Congresso americano examinou especificamente essa questão, no dia 6 de novembro, e 16 membros do Congresso incluíram o assunto na pauta de sua próxima visita ao Brasil. Em que pesem outros interesses mais rasteiros (os lobistas de lá também são espertos), eles querem saber se é real a promessa do tanque de etanol “barato e limpo”. Barato e limpo para quem? Uma questão para lá de política.

* Coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho escravo

1. http://www.mte.gov.br/sistemas/SGC/Arquivos/Documento/Op044de2007-pag_39351_5653935185.pdf

CULTURA

FELIZ NATAL e FELIZ 2008!*Comissão Pastoral da Terra*

"De sua formosura
já venho dizer:
é um menino magro,
de muito peso não é,
mas tem o peso de homem,
de obra de ventre de mulher.

De sua formosura
deixai-me que diga:
é tão belo como um sim
numa sala negativa.
Belo porque tem do novo
a surpresa e a alegria.
Belo como a coisa nova
na prateleira até então vazia.
Como qualquer coisa nova
inaugurando o seu dia.
Ou como o caderno novo
quando a gente o principia.
E belo porque o novo
todo o velho contagia.
Belo porque corrompe
com sangue novo a anemia.
Infecciona a miséria
com vida nova e sadia.
Com oásis, o deserto,
com ventos, a calmaria."

João Cabral de Melo Neto/ Morte e Vida Severina

João Zindler

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| ☐ | Brasil | R\$ | 10,00 |
| ☐ | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA